ATA DA DUCENTESIMA TRIGÉSIMA NONA REUNIÃO DO CES-MT

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez, às quatorze horas e trinta minutos, no Hotel Fazenda Mato Grosso em Cuiabá/MT deu início à **centésima octogésima primeira** reunião ordinária do Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso. **O Presidente Augusto Carlos Patti do Amaral** fez os devidos cumprimentos e deu início a reunião. Após a conferência de quorum o Presidente coloca em apreciação e aprovação a Ata da reunião extraordinária de junho e a Ata da reunião ordinária de julho. Não havendo nenhuma objeção coloca em votação, quem concorda com as Atas da forma como está permaneça como estão. Quem é contrario? Abstenções. Ok aprovada as Atas. O Presidente passa a fala para o Secretário Executivo, Ivan Seba fazer o expediente relevante. **O Secretário Executivo, Ivan Seba diz: 3.1** Recomposição das Comissões. faz a apresentação das comissões que estão em vacância, mas nenhum conselheiro se candidata a compor as vagas. A conselheira Maria Luiza Ortiz pede para retirar seu nome da Comissão de Saúde Indígena. A Conselheira Zuleide Silva Pulchério Klein ficou no lugar da conselheira Alzita Leão Ormond nas comissões, pois a Sra. Alzita não faz mais parte do Conselho. **3.2** Composição da Comissão de Apoio a Municipalização – CAM, conforme aprovação da resolução nº 001/2002. **A Conselheira, Maria Luiza Ortiz** fez os devidos esclarecimentos sobre a criação dessa comissão, após os esclarecimentos os conselheiros encaminharão para que o assunto fosse discutido em uma reunião extraordinária, reunião esta agendada para o dia 18/08/2010. **O Presidente, Augusto Carlos Patti do Amaral** colocou em votação a proposta dos conselheiros. Os conselheiros que concordam com a proposta de discussão da criação da Comissão CAM seja feita em reunião extraordinária no dia 18/08 permaneçam como estão, quem é contrário? Abstenções. Ok aprovado. **3.3** A Mesa Diretora propõe uma reunião extraordinária para discussão e encaminhamentos sobre a situação da Hanseníase, convidando as seguintes entidades: COSEMS, SES, MS, CES, Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa e ONGs. **O Secretário Executivo, Ivan Seba** disse que com relação a essa proposta, o CNS enviou um oficio para Secretaria Geral do CES pedindo o adiamento dessa reunião para o dia 13/10/10 devido à falta de agenda para datas anteriores. Com isso o Presidente colocou em votação a proposta de uma reunião extraordinária para o dia 13/10/10 para tratar sobre o assunto da Hanseníase. Os conselheiros que concordam permaneçam como estão. Quem é contrario? Abstenções. Ok aprovado a reunião para o dia treze de outubro. Após a conclusão do expediente relevante, o Presidente da início a pauta da reunião, **pauta 4.1** Apresentação e encaminhamentos das ações de monitoramento e cooperação técnica nos Conselhos Municipais de Saúde. **A Conselheira Maria Luiza Ortiz** fala da importância da ação de monitoramento e cooperação técnica nos Conselhos Municipais de saúde onde são verificados a legislação, composição do Conselho, funcionamento, estrutura física com o intuito de fortalecer o Controle Social. A conselheira relata que o planejamento das ações de monitoramento é feita da seguinte forma: existem as demandas espontâneas, as solicitações feitas pelos municípios Considerando os dez relatórios que foram entregues pelas equipes que participaram das visitas, com relação à legislação 60% dos CMS realizaram adequações de acordo com a Resolução 333 do Conselho Nacional, 20% não apresentou adequação e 20% não responderam. Quanto à composição, 60% se mostrou paritário, 20% não estão paritário e 20% não responderam. Com relação à estrutura física, 30% dos conselhos tem estrutura física, 30% tem estrutura, mas é inadequada e **40%** não responderam. Quanto a dotação orçamentária própria, apenas 10% tem dotação e faz o gerenciamento da mesma, 20% tem a dotação, mas não tem autonomia, 30% não tem dotação orçamentária e 40% não informaram. Com relação as Comissões Permanentes,

SUS Sistema Único de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342

as equipes constataram que 90% dos conselhos visitados não tem Comissões e 10% não informaram. Quanto aos equipamentos doados pelo SGEP –Secretaria de Gestão participativa, constatou-se que 70% estão instalados nas salas dos conselhos e em pleno funcionamento e 30% não inseriram a informação nos relatórios. Com relação a Secretaria executiva somente 30% dos Conselhos tem Secretaria Executiva e a grande maioria 70% não tem Secretaria Executiva. Quanto a Ouvidoria do Conselho de Saúde 80% não tem Ouvidoria ligada ao Conselho, más desejam implantar e 10% não informaram. Das demandas observadas dentro do município, observamos que o município de Jauru deixou clara que deveria ter uma sensibilização através do COSEMS para a questão de implantação de Ouvidoria, essa foi uma sugestão do município de Jauru. Em Pontes e Lacerda, os Conselheiros que estiveram lá colocaram muito a questão do Pacto e a questão da regionalização, que o município sente bastante preterido com a questão de repasse financeiro. No município de Araguaiana, a equipe que esteve lá constatou que os conselheiros estavam motivados, com estrutura física, Secretaria Executiva e Ouvidoria funcionando e os materiais doados instalados na sede do Conselho. O município de Denise constatamos um problema sério, a instalação do Conselho está em uma sala cheia de inseticidas, onde sugerimos uma melhor instalação e melhores condições de trabalho. Percebemos também em outros municípios como: Barra do Bugres, General Carneiro, Juína e Juruena a necessidade de motivação, capacitação e fortalecimento do Controle Social. Contudo ficou claro que há um desconhecimento muito grande com relação a legislação por parte dos Conselheiros e isso tem subsidiado a capacitação de conselheiros, com isso essa ação tem sido um ganho bastante significativo para todos os conselheiros, para estarem mais preparados para as atividades do dia a dia. **O Conselheiro João Dourado diz**: Participei em duas ações nos conselhos municipais em Juruena, Juina, Jauru e Pontes e Lacerda. Com relação a Juruena e Juina, gostaria de dizer que o que sentimos em Juina Sr. Secretário, em conversa com os conselheiros e gestores, percebemos que o Estado ainda está em atraso com alguns repasses de contrapartida do Estado, e com isso eles indagaram o que o Conselho Estadual de Saúde poderia fazer uma interlocução com a gestão com relação a isso, por isso estou trazendo para o Pleno do Conselho para saber porque esses repasses ainda estão atrasados e quando a Secretaria poderá resolver esse problema. **A Conselheira Lilia Suely diz**: Participei também de duas agendas do monitoramento nesse período e em uma dessas agendas me senti muito feliz de como esta o andamento do Conselho devido as ações de monitoramento e cooperação técnica. Às vezes encontramos em alguns municípios uma desorganização total, mas a partir das ações dessa cooperação técnica os conselhos passam a funcionar corretamente, um exemplo é o e de Araguaiana como foi dito anteriormente, esse município deu uma alavancada muito grande, o Conselho possui estrutura e está em pleno funcionamento, inclusive com Ouvidoria. **A Conselheira Marivanda diz**: Estive na semana passada em Colider e Nova Canaã e podemos observar que os Conselhos estão bastante atuantes, já fizeram as suas estruturações legais e agora eles estão preocupados com a reintegração da questão da Ouvidoria em suas questões legais. Nota-se um interesse muito grande em criar a Ouvidoria no âmbito do Controle Social e isso é um ponto bastante positivo nessa sensibilização, com ficamos bastante felizes com essa iniciativa, é necessário inda fazer alguns ajustes, mas eles estão bem encaminhados. Tudo isso para nós está sendo bastante significante. **A Técnica da Ouvidoria, Leila Melo diz**: Estivemos em Canabrava do Norte e percebemos que o Conselho não está se reunindo, o meu objetivo lá era verificar a implantação da Ouvidoria. Em Canabrava, eles estão com problema de falta de médico e com isso com grande para

SUS Sistema Único de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342

atender a comunidade, estão também precisando de recursos financeiros para subsidiar uma unidade de saúde que em muitas vezes funciona como um hospital falta ambulância e com isso estão com grande dificuldades. Em Porto Alegre do Norte eles disseram porque o Estado não cumpre a EC-29? Então isso eu trago até mesmo para os conselheiros discuta isso com a gestão. **O Presidente, Augusto Carlos Patti diz**: Gostaria de fazer um esclarecimento sobre esse questionamento, com relação a EC-29 nós da Secretaria somos favoráveis a 16% e não só 12%, más a emenda nem foi regulamentada ainda, com relação as ambulâncias, não tem critério político nenhum, o critério é técnico, os que receberam anteriormente não receberão de novo agora e assistem alguns que estão inadimplente com o Estado não podem receber. Quanto aos repasses, existem alguns em atraso, mas estamos colocando em dias. Então era isso que eu queria dizer. **A Conselheira Jucélia** faz uma sugestão de que comunicasse todos os Conselheiros novos sobre a agenda das viagens e verificasse com os mesmos a disponibilidade para viagem para que participem também dessas ações. **A Conselheira Marivanda** faz a sugestão de que os relatórios das ações de monitoramento e cooperação técnica sejam feita de forma regionalizada. **A Conselheira Estela Maris diz**: É preciso melhorar o instrumento da visita nos Conselhos Municipais de Saúde, com o intuito de avaliar melhor a situação dos Conselhos. Após a apresentação das propostas o **Presidente Augusto Carlos** da prosseguimento a reunião. **Pauta 4.2** Apresentação e aprovação dos processos da Ouvidoria. **A Ouvidora, Edna Marlene da Cunha Carvalho**, primeiramente faz a apresentação dos mil e seiscentos processos para arquivamento, esses processos estão sendo arquivados dos processos resultantes de órgãos que demoram para devolver resultados de respostas a Ouvidoria, normalmente são conselhos de classe, auditorias, os novecentos processos em aberto de 2009 e os já concluídos de 2010, num total de mil e seiscentos processos. Após a apresentação **o Presidente, Augusto Carlos** coloca em aprovação o arquivamento dos processos. Os Conselheiros que concordam com o arquivamento permaneçam como estão. Quem é contrario se manifeste? Abstenções. Ok. com quinze votos favoráveis e quatro abstenções, fica aprovado o arquivamento dos processos. **A Ouvidora Edna Marlene,** da continuidade a apresentação das demandas recebidas por telefone, nove mil e duzentos, demandas protocoladas um mil quinhentos e onze. Vou apresentar aqui as demandas do primeiro semestre, de primeiro de janeiro de 2010 a três de agosto de 2010 dos setores de origem, Ouvidor SUS do Ministério da Saúde (03), Ouvidoria do SUS que funciona na regulação (338), Ouvidoria Cuiabá em parceria conosco (726), Ouvidoria Geral (407), Ouvidoria Setorial (01), informação (05), reclamações (1392), solicitação (77) e sugestão (01). Processo por tipo de manifestação vou mostrar os que tiverem com índice maior: cirurgia consulta estabelecimento de saúde, exames, medicamentos, transporte e tratamento médico. Em tramite em 2010 temos (882), deferido (218), indeferido (365). Dos pontos críticos, medicamento e insumo são os que mais apareceram para nós, tem a questão também da urgência e emergência, pronto socorro de Cuiabá e Várzea Grande. A oncologia também tem trazido muitas demandas para a ouvidoria, exames da oncologia que o SUS não cobre, varias biopsia que não estão tabela SUS, a Fibroscopia é realizada com dificuldade, existem vários pacientes que vão a óbito devido a essas dificuldades. Outra situação também que não chegava na Ouvidoria e que agora estão chegando é sobre os pacientes paraplégicos com problemas de escaras, temos também problemas com o transporte, porque o SAMU atende aos pacientes acidentados, mas o transporte para pessoas com obesidade mórbida estamos com grande dificuldade e precisamos melhorar isso. Depois da apresentação o **Presidente** coloca em discussão e

SUS Sistema Único de Saúde
Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342

questionamentos aos Conselheiros. **A Conselheira Jucélia diz**: Como sugestão, gostaria que fizesse uma apresentação dos indeferidos e que desses processos indeferidos fosse especificado, o porque, as causas do indeferimento, até para termos o cuidado de estarmos aprovando todos os processos sem o conhecimento do todo. **A Conselheira Marivanda diz**: Parabeniza a apresentação e diz que precisa ser formada uma comissão para visitar as casas de apoio para verificar a real situação do atendimento e prestação de serviços. **O Conselheiro Ângelo diz**: Gostaria de colocar dois pontos, **primeiro** a própria Ouvidoria que mesmo colocando aqui para nós todos os desacordos, os problemas, eu ainda não consigo ter a visão do todo, quanto os Governo tem gasto com os casos resolvidos, porque isso aqui é só o que está pendente, com isso eu preciso ter a visão do todo para ver realmente o que foi resolvido. **Segundo** ponto é que ouço muito falar que o Ministério da Saúde mandou ou vai mandar recurso para que se implante Ouvidoria Setorial em todos os municípios, más o Conselho não tem nada haver com isso? Eu acho que tem, então é aqui que eu quero colocar, se houver isso mesmo vai haver muito paralelismo. Com isso temos que evitar o seguinte que naqueles municípios pequenos que lá só deva ter apenas uma Ouvidoria e o Conselho tem poder para isso. Já nos municípios grande poderia mais de uma ouvidoria. **O Conselheiro Antônio Cordeiro diz**: me preocupa muito essa situação da Ouvidoria, isso tudo mostra a incapacidade do Estado, a União vai ter que arcar com esse problema. **O Conselheiro Bazan diz**: Com relação ao SAMU, esse é um serviço de atendimento móvel de urgência, o que falta é a caracterização do tipo de transporte de paciente que ela tem que fazer. A questão do SAMU está muito abandonada por nós, acho que é necessário darmos uma estudada quanto a isso e verificar quais são as falhas. **O Conselheiro João Dourado diz**: O que eu senti em Pontes Lacerda e em alguns municípios é que Secretaria Municipal de Saúde está acionando a justiça para pode utilizar o pouco recurso que tem para depois facilitar a prestação de contas e as justificativas, o Secretário diz que só pode atender o usuário se ele acionar a justiça e vir à liminar para o cumprimento. Com isso eu fiquei muito preocupado que no Estado também possa estar acontecendo isso, criando um balcão de judicialização para atender essas questões, acho que temos que planejar isso melhor, senão a promotoria e ministério Público vão começar a fazer gestão e já estão na verdade. Estamos sendo incompetente de atacar a causa, de planejar. **O Conselheiro Vander diz**: Em relação ao centro nefrológico do Hospital Julio Muller, concordo com vocês que realmente é uma pena estar nessa situação, realmente as obras estão paradas porque a empresa que venceu a licitação abandonou o contrato, disse que não tem condições de cumprir a obra no preço que foi licitado, pois alegaram que, o que foi licitado foi modificado ao longo do tempo varias vezes por questão de adequação sanitária e arquitetônica e que essas alterações mudaram o custo e se tornou inviável concluir o trabalho no valor que foi licitado. Após a apresentação e os esclarecimentos o **Presidente** da continuidade a reunião. **Pauta 4.3** Apresentação, discussão e aprovação do Plano de Redução da Mortalidade Materna e Neonatal. **A Conselheira Conceição (técnica da SES)** faz seus agradecimentos e da inicio a apresentação do Plano, começa fazendo uma retrospectiva das ações, de alguns fatos que marcaram a luta Nacional, Estadual e Municipal para redução da mortalidade materna, infantil e neonatal. Após a apresentação o **Presidente** coloca em discussão e questionamentos aos conselheiros. **O Conselheiro José Carlos Bazan diz**: minha primeira pergunta é: esse é o segundo plano de redução de mortalidade materna e neonatal, o primeiro foi apresentado à proposta inicial era de redução de 5% mas se conseguiu cerca de dois a três por cento. Eu preciso das informações desse primeiro plano para verificar o que é de novo nesse segundo plano e segurar os

SUS Sistema Único de Saúde
Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342

5% de redução para o próximo ano. **A Conselheira Marivanda diz**: Faz os agradecimentos a equipe técnica pela apresentação. O que eu senti falta é da gente falar do Hospital Santa Helena ser referência do Estado, que foi uma das provocações, desse chamamento para apresentação do plano, com toda a fragilidade que hoje o Estado se encontra e tem um Hospital de referência que não é filantrópico, que é privado. Esse hospital esta tentando ser filantrópico e não esta conseguindo e não consegue receber recurso também e como ele é referência, o Estado se posicionar e o Conselho tem que tomar conta disso. Outra coisa importante disso, é que não temos a visão dos indicadores. Gostaria de saber também de que ajuda vocês precisam do Conselho? é de implantação de um sistema, melhoria de algum equipamento, acho que a capacitação é fundamental. Pelo que eu percebo nos municípios é que o município tem UTI neonatal, mas não tem o médico para estar junto com a equipe, ou tem o médico e não tem a equipe da enfermagem, percebo que há o investimento, mas não tem equipe técnica para aquilo. **A Conselheira Paula diz**: Acho que faltou mais informações sobre o assunto, principalmente com relação aos recursos para se discutir e aprovar, o tempo também é muito curto para se verificar tudo e acaba sendo atropelado e acho que com isso fica difícil a aprovação do plano. **A Conselheira Jucélia diz**: foi colocado que o termo de compromisso assinado entre os governos era para reduzir em 5% entre o ano 2009 e 2010. Sabemos que na mudança de Governo o correm muitas dificuldades, com isso em alguns municípios, quando se assume uma secretaria, muitas coisas estão sucateadas, problemas com os trabalhos dentro da Secretaria de Saúde. Com isso seria quase que impossível atingir essa redução no primeiro ano de mandato, mesmo que isso seja assinado pelo governo. **O Conselheiro Antônio Cordeiro diz**: diante de tudo que foi exposto, dos problemas, das dificuldades, da falta de material apresentado como foi citado por alguns conselheiros, eu me abstenho da votação do plano. **O Conselheiro Ângelo diz**: Temos que investir na atenção primaria com qualidade, com isso conseguiremos reduzir a mortalidade e atingir as metas **A Conselheira Conceição (técnica da SES) responde aos questionamentos:** Com relação aos 5%, esse foi um compromisso que os governos assumiram, e esses 5% irão permanecer, temos que ter ele como meta, é até uma forma de incentivo para melhorarmos cada vez mais para conseguirmos atingir. Todas essas questões está na pauta da escola de saúde para capacitação e está também no nosso PTA, talvez não precisaria nem ser aprovado isso aqui hoje, pois já está incluído no nosso PTA 2010 e 2011 que já estamos trabalhando. Com relação à avaliação, quais as dificuldades, a mortalidade infantil e a neonatal grande causa dela acontece por causas evitáveis, com pré natal de qualidade, com uma melhor assistência a gestante e ao recém nascido. Com relação à atenção primária, como o conselheiro Ângelo colocou, realmente temos que investir na atenção primária para conseguirmos reduzir a mortalidade infantil e neonatal. **A Enfermeira Vanusa** do Hospital Santa Helena diz: este ano de 2010 estamos fazendo em média de 500 a 600 partos por mês, em questão a filantropia nós estamos lutando por ela há quatro anos e o importante que ela não foi indeferida, mas também não foi analisada, e ela foi encaminhada agora para o Ministério da Saúde e a informação que tivemos é que no ministério da saúde, não tinha ainda profissionais competentes para analisar a questão da filantropia, más parece que agora já tem profissionais, é o que foi passado para nós pelo Ministério. **O Presidente** propôs que se adiantasse a pauta 4.9, apresentação e encaminhamentos sobre a nova Lei de Filantropia pela SES no Estado de Mato Grosso, Lei nº 12.101/2009, já que trataria também desse assunto e passa a fala a conselheira Mázena. **A Conselheira Mázena diz**: saiu uma Lei o ano passado, que faz uma divisão, o que é de Assistência Social ficou para o Conselho de

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342

Assistência Social, o que era da área da saúde foi para o Ministério da Saúde e o que é da Educação foi para o Ministério da Educação, com isso vou passar para o Dr. Alex que é o nosso assessor jurídico, para falar melhor sobre o assunto. **O Sr. Alex Ferreira**, representando a Federação das Entidades Filantrópicas diz: A legislação a qual foi citada, no final do ano passado ela foi modificada. Até o ano passado essas entidades tinham que prestar contas ou enviar o relatório de atividades aos Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social, esse relatório é enviado para o Ministério da Justiça até hoje. Com a modificação da Legislação, houve uma desvinculação do CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social, hoje cada um fica vinculado ao seu Ministério. Atualmente as entidades de saúde, elas não tem mis um órgão que a certifique junto ao Estado, com a desvinculação perante a legislação federal, no Estado e também no Município, o Conselho Estadual e nem o municipal não faz mais a certificação dessa entidade. Diante disso eu vim aqui nesse pleno para colocar em pauta para se verificar a possibilidade de se criar uma normativa de certificação dessas entidades na área da saúde, então o que eu proponho aqui é um órgão de certificação dessas entidades, não para fim tributário, porque a Lei já deu uma diretriz e que a partir daí passariam a prestar contas a esse órgão a qual ela está vinculada que é a Secretaria Estadual de Saúde. **O Presidente faz o encaminhamento**: Fazer um estudo em trinta dias, com a assessoria jurídica do Conselho, junto com a assessoria jurídica das filantrópicas e que traga uma proposta para este Conselho com pauta definida e tempo necessário para a discussão e com resolução se for o caso ok. Aprovado o encaminhamento. **O Presidente retoma a pauta anterior** sobre a aprovação do Plano de Redução de Mortalidade Materna e Neonatal. **A Conselheira Jucélia** faz o seguinte encaminhamento: que com relação ao Plano, fique somente apresentação e discussão e não aprovação. Colocado em votação, fica aprovado o encaminhamento da Conselheira ok. **O Presidente** da seqüência a reunião. **Pauta 4.4** Apresentação, discussão e aprovação do PAS pela Comissão Especial Temporária, conselheiro Vander. **O Conselheiro, Vander** faz a apresentação do PAS aos Conselheiros e diz que a missão da equipe é viabilizar como essas ações irão acontecer. Após a apresentação **o Presidente** coloca em discussão e encaminhamentos aos conselheiros. **O Conselheiro João Dourado diz**: diante de toda essa situação, acho que o Estado tem que assumir a média e a alta complexidade, não adianta deixar para Cuiabá ou para Cáceres ou Sorriso, outro ponto, temos dezesseis micro-regiões, sendo quatorze reconhecidas pelo Ministério, com isso temos que efetivas as dezesseis com o Ministério. Temos que também melhorar os escritórios regionais e as condições do trabalhador, não percebi no PAS a questão de recursos humanos, sobre concurso público, não adianta só melhorar o prédio do escritório regional e não ter trabalhador precisamos melhorar a questão de recursos humanos. O Estado também tem que fazer a revisão da PPI, para que os municípios não perca as suas referências. **O Conselheiro José Carlos Bazan diz**: queria dar o parabéns à equipe porque esse PAS tem uma temporalidade e o que eu queria era enxergar isso. **A Conselheira Marivanda diz**: agora estamos visualizando uma proposta, porque na apresentação anterior do PAS não estava claro como seriam as ações. O que me preocupa agora, como já disse na apresentação passada, é com relação à garantia dos recursos financeiros para execução do Plano, pois não adiante ficar usando reservas técnicas que são para ações emergenciais. **O Conselheiro Antônio Cordeiro diz**: vou fazer uma pergunta ao Vander. gostaria de saber se os medicamentos que ficam na geladeira não vão mais ser distribuídos ao pacientes? **O conselheiro Carlos Eilert diz**: tem que se criar uma comissão que faça a leitura estatística e acompanhamento das ações em termos dos índices que nós

SUS Sistema Único de Saúde
Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342

aqui aprovamos. Nos temos pessoas capacitadas, com doutorado, com mestrado investidos pelo bolso do Estado e nós não conseguimos ter uma comissão própria que consiga avaliar no todo, pois só colocamos o dinheiro e não temos o retorno disso. **A Conselheira Suely diz**: Acho que nós não temos que aprovar o PAS, pois ele já foi aprovado, outra coisa eu não concordo com o PAS, para mim tudo é SUS. **O Conselheiro Jader diz**: Eu queria colocar, como o Vander e o João Dourado citou, é que quando se trata de PPI, acho que todos nós aprendemos com ela (PPI), acho também que com essa revisão a cada três meses vai melhorar bastante. Uma coisa que eu queria saber como é que já tem ações do PAS em andamento se ele ainda não foi aprovado? **O Conselheiro Vander** responde aos questionamentos. A alta complexidade no interior passa não por obra nem por equipamentos e sim por recursos humanos, e se nós não encararmos a capacitação não só médico, mas multiprofissional em especialidades para pode migrar para o interior, pode esquecer. Então qual é a política de interiorização que o Estado tem para o profissional de saúde especializado? Até o momento nenhuma. Peço ajuda dos senhores, pois existe um Projeto de Lei pronto que está dentro da Secretaria de Ciência e Tecnologia, que cria o programa de residência medica e multiprofissional no Estado de Mato Grosso com o incentivo de interiorização. Com relação à pessoal, concurso público, eu estou de acordo nós realmente precisamos de pessoal, mas se os escritórios regionais e as nossas unidades repatriassem os funcionários que estão cedidos aos municípios, nós teríamos pessoal só que desfalcaríamos os municípios também, então isso é um impasse para discutirmos em conjunto. Com relação a PPI os municípios tem que refazer, os municípios só vão aprender fazendo. Com relação a revisão da Portaria 112, os municípios não vão querer perder recurso da portaria 112. Com relação aos consórcios, eles não tem recursos federal, são apenas recursos do Estado e dos municípios e isso já é pactuado, existe a contrapartida de estado e municípios. Com relação ao uso do recurso da reserva técnica. Nós só guardamos dinheiro quando se está sobrando, se nós temos filas e filas por todo lado como é que vamos guardar dinheiro? Essa reserva não é uma reserva estática e sim uma reserva dinâmica, com isso não estaremos comprometendo as ações. Com relação a medicamentos para os desassistidos, não vamos impedir o acesso a nenhum medicamento, pelo contrario, para aqueles medicamentos onde o uso da medicação exige uma assistência técnica de enfermagem ou médica, é uma imprudência eu deixar na mão do paciente para tomar em qualquer lugar é isso, agora é obvio que o medicamento domiciliar que não exige esta assistência será liberado sem nenhum problema. Com relação a mudar o nome do PAS, nós também concordamos em fazê-lo, mas na pratica vocês já viram que não tem nada de novo. Quanto à aprovação ou não do PAS, todas as ações aqui pontuadas, são ações de rotina. **O Conselheiro Ângelo pede questão de esclarecimento e diz**: gostaria de esclarecer um ponto que foi falado pelo Vander, com relação à residência que tem disponíveis e até hoje não fez. O problema da residência é que só estrutura formacional de nível superior que pode fornecer o certificado, porque se subordina ao Conselho Nacional de Residência Medica e que não reconhece as multiprofissionais e esse é o problema. Então agora eu faço a minha proposta, porque não dialogarmos com a UFMT e Secretaria Estadual de Saúde para verificar como resolver esse problema. **O Conselheiro Vander** responde: Na verdade existe uma lei de residência multiprofissional, mas eles não regulamentaram todas as profissões. O Presidente da seqüência a reunião**, pauta 4.6** Apresentação, discussão e aprovação do cronograma e metodologia a ser utilizada da elaboração do PTA-2011, e passa a fala a técnica Lucinéia. **A técnica, Lucinéia** faz a apresentação do cronograma aos Conselheiros. **O Presidente coloca em votação** o cronograma. Os

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342

Conselheiros que concordam com o cronograma aqui apresentado se manifestem levantando o braço, quem é contrario? Abstenções. Com quinze votos a favor fica aprovado o cronograma do PTA-2011. Por falta de tempo, fica retirada da pauta os itens 4.5 e 4.8 e o item 4.7 fica como primeiro ponto de pauta para próxima reunião ordinária. Agora vamos passar para A Secretaria Executiva fazer os informes e também para os conselheiros que quiser fazer os informes finais. **O Secretario Executivo, Ivan Seba** faz os informes: A Secretaria Executiva recebeu dia 28/07/10 um Memorando nº 409/10 da Superintendência de Políticas de Saúde informando que realizado no dia **09/08/10 das 08:00 às 12:00 horas** na sala CEDRO da Escola de Saúde Pública uma reunião para discussão estratégica de fortalecimento do PARTICIPASUS no Estado de Mato Grosso, portanto **convida 01 (um)** representante do Conselho para participar da referida reunião, que possibilitará ainda discutir a organização da Oficina de Gestão Participativa a ser realizada para os 30 (trinta) municípios contemplados com a Portaria nº 2344 e 3251/2009. O Conselheiro José Carlos Bazan se candidata a vaga e o presidente coloca em votação. Os Conselheiros que concordam com o nome do conselheiro José Carlos Bazan permaneçam como estão. Quem é contrario? Abstenções. Ok aprovado o nome do Conselheiro. **O Presidente** faz o seguinte informe: temos um seminário nos dias de 17 a 20 de agosto, XI Seminário de segurança e saúde no trabalho do Estado de Mato Grosso, uma promoção da Fient/SES/SENAI. **O Presidente Augusto Carlos Patti do Amaral** agradece a presença de todos e finaliza a reunião. Nada mais havendo a ser deliberado pelo Pleno, a reunião foi encerrada às dezoito horas e trinta minutos, após lida e achada conforme, a presente Ata foi aprovada pelo Pleno e segue assinada pelo **Presidente do Conselho Estadual de Saúde, Augusto Carlos Patti do Amaral,** pelo Secretario Executivo**, Ivan Utsch Seba** e pelos demais Conselheiros presentes: **Vander Fernandes (Poder Executivo); Maria Conceição Incarnacion Villa (SES); Stela Maris Malpici Luna (SES); Valmir Simão de Lima (SEMA); Ângelo Falcão de Figueiredo (UFMT); Maria Luiza Ortiz (FUNASA); Mázena Salah El-din Farah (HGU); Claudia Monaski da Cunha (SINDESSMAT); Jader Luiz Borges Correa (COSEMS); Geralda Lopes da Silva (COREN); Jucélia Clara Nunes de Souza (CRESS); Carlos Alberto Eilert (Conselho ED. Física); Marivanda Inez Pereira Eilert (CRMV); Aparecida Silva Rodrigues (SISMA); Zuleide Pulcherio Klein (Suplente SISMA); Jose Carlos Bazan (ADERCO); Lucimar Brito da Palma (Suplente Aderco); Orlando Francisco (SINTEP); Suely Correa de Oliveira; João Luiz Dourado (CUT); Lilia Suely Alves dos Santos (AMDE); Antônia Lucia Ribeiro (FEMAB); Paula Naves Alves (Criança Adolescente); Antônio Cordeiro Sobral (Assoc. Portad. Patologia).**

SUS Sistema Único de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342